

# Revista Magister de Direito Civil e Processual Civil

---

v. 22 n. 129

novembro/dezembro 2025

---

Repositório Autorizado de Jurisprudência  
Superior Tribunal de Justiça – nº 63/2008

Classificação Qualis/Capes: B1

## Editor

Fábio Paixão

## Coordenador-Geral

Flávio Tartuce

## Coordenadores

Anderson Schreiber – Daniel Amorim Assumpção Neves  
Débora Brandão – Fernanda Tartuce – Rodolfo Pamplona Filho

## Conselho Editorial

Ana Beatriz Presgrave – Ana Luiza Maia Nevares – Angelica Carlini  
Arlete Aurelli – Bruno Casagrande – Carlos Nelson Konder – Cecília Asperti  
Cesar Calo Peghini – Cláudia Lima Marques – Daniel Mitidiero  
Ênio Santarelli Zuliani – Eroulths Cortiano Junior – Fredie Didier Junior  
Giselda M. F. Novaes Hironaka – Gustavo Tepedino – Heloísa Helena Barboza  
Humberto Theodoro Jr. – José Fernando Simão – José Rogério Cruz e Tucci  
Luciano Martinez – Luiz Guilherme Marinoni – Marco Aurélio Bezerra de Melo  
Maria Helena Diniz – Marília Pedroso Xavier – Maurício Bunazar  
Pablo Malheiros Cunha Frota – Pablo Stolze Gagliano  
Rodrigo Reis Mazzei – Rolf Madaleno – Sílvio de Salvo Venosa  
Susana Henriques da Costa – Trícia Navarro

## Colaboradores deste Volume

Clarisse Frechiani Lara Leite – Danilo Porfírio de Castro Vieira  
Felippe Borring Rocha – Gustavo Filipe Barbosa Garcia – Laura Briel Rocha  
Leonardo Brandelli – Lucas Soares dos Santos – Marcos Paulo Pereira Gomes  
Maria Clara Ângelo Lima – Pedro Dalese – Vinicius Silva Lemos

## © Revista Magister de Direito Civil e Processual Civil

Publicação bimestral da Editora Magister à qual se reservam todos os direitos, sendo vedada a reprodução total ou parcial sem a citação expressa da fonte.

A responsabilidade quanto aos conceitos emitidos nos artigos publicados é de seus autores.

Artigos podem ser encaminhados para o e-mail: [editorial@editoramagister.com](mailto:editorial@editoramagister.com). Não devolvemos os originais recebidos, publicados ou não.

As íntegras dos acórdãos aqui publicadas correspondem aos seus originais, obtidos junto ao órgão competente do respectivo Tribunal.

Esta publicação conta com distribuição em todo o território nacional.

A editoração eletrônica foi realizada pela Editora Magister, para uma tiragem de 3.100 exemplares.

---

Revista Magister de Direito Civil e Processual Civil

n. 1 (jul./ago. 2004)-.- Porto Alegre: Magister, 2004  
Bimestral.

n. 129 (nov./dez. 2025)

Coordenador-Geral: Flávio Tartuce. Coordenadores: Anderson Schreiber, Daniel Amorim Assumpção Neves, Débora Brandão, Fernanda Tartuce e Rodolfo Pamplona Filho.

ISSN 1807-0930

1. Direito Civil – Periódico. 2. Processo Civil – Periódico.

CDU 347(05)

CDU 347.9(05)

---

**Ficha catalográfica:** Leandro Augusto dos Santos Lima – CRB 10/1273

**Capa:** Editora Magister

**Editora Magister**

**Diretor:** Fábio Paixão

Alameda Coelho Neto, 20  
Boa Vista – Porto Alegre – RS – 91340-340

# Apresentação

A *Revista Magister de Direito Civil e Processual Civil*, referência continuada em publicação jurídica em nosso País, chega ao avançado número 129, com assuntos de grande relevo para a comunidade jurídica nacional.

Iniciamos este volume com artigo doutrinário de Gustavo Filipe Barbosa Garcia, sobre tema extremamente atual, intitulado *Lei nº 15.252/2025: Prerrogativas Materiais e Processuais das Instituições Financeiras na Modalidade Especial de Crédito com Juros Reduzidos*. O autor analisa a referida norma emergente, que dispõe sobre os direitos da pessoa natural usuária de serviços financeiros, e propõe o estudo das principais disposições sobre a contratação de crédito em modalidade especial.

*Regularização Fundiária Urbana como Meio de Concreção do Direito Humano Social à Moradia Digna e o Papel do Registro de Imóveis*, de autoria do Professor do programa de Mestrado da Escola Paulista de Direito Leonardo Brandelli e de seu aluno Lucas Soares dos Santos, é o segundo estudo desta edição. Trazem eles uma profunda reflexão sobre como a atuação do registrador imobiliário colabora para a segurança jurídica, assegurando o direito social à habitação, conforme estabelecido na Constituição Federal de 1988. A pesquisa também aborda a relevância da desjudicialização enquanto ferramenta de simplificação e eficiência dos processos, possibilitando que a regularização fundiária avance de forma mais acessível mediante os procedimentos extrajudiciais.

Seguimos a edição com o texto *Entre o Conhecimento e a Execução: a Ação Monitória e sua Posição Singular no Sistema Processual Brasileiro*. Marcos Paulo Pereira Gomes e o Professor e Conselheiro Federal da OAB Vinicius Silva Lemos examinam de forma abrangente o instituto da ação monitória no Direito Processual Civil brasileiro. Analisam seus aspectos históricos, natureza jurídica, requisitos de admissibilidade e procedimento, com vistas a compreender sua efetividade como tutela jurisdicional diferenciada em pesquisa doutrinária e jurisprudencial do instituto e exame crítico das principais posições teóricas e das soluções práticas adotadas pelos Tribunais brasileiros.

Na sequência, a Professora da Faculdade de Direito da USP Clarisse Frechiani Lara Leite traz sua importante contribuição com a pesquisa intitulada *Arbitragem e Prova Pericial: Inexistência de Faculdade na Designação da Segunda Perícia*. Discorre a doutrinadora sobre a indesejada situação em que o trabalho pericial realizado em arbitragem se mostra inidôneo. Objetiva discutir, à luz da contemporânea compreensão do direito à prova e do livre convencimento

motivado, o entendimento de que a determinação de realização de segunda perícia consistiria em mera faculdade do julgador.

Felippe Borring Rocha e Pedro Dalese são os autores do ensaio *O Cabimento do Agravo de Instrumento Contra Decisões Versando Sobre o Direito Fundamental à Proteção dos Dados Pessoais*. O texto traz uma análise da recorribilidade das decisões interlocutórias referentes à proteção de dados pessoais, dentro de um modelo constitucional de processo. Ressalta a relevância da proteção jurídica e, mais especificamente, da proteção judicial dos direitos fundamentais como elemento intrínseco ao Estado Democrático de Direito consagrado pela Constituição Federal de 1988, à luz da legislação e da jurisprudência.

Chegamos ao fim desta edição com o escrito *O Impacto da Falta de Regulamentação da Herança Digital no Espólio do Falecido*, de Danilo Porfírio de Castro Vieira, Laura Briel Rocha e Maria Clara Ângelo Lima. O artigo tem por objetivo definir a herança digital, examinar suas implicações jurídicas e sociais e propor soluções práticas para sua integração ao Direito Sucessório enquanto não há regulamentação definitiva. Para os autores, cabe atualmente à doutrina e à jurisprudência enfrentar esse vácuo normativo.

Diante da abrangência, da atualidade e da profundidade dos textos desses grandes doutrinadores, espera-se, mais uma vez, que esta *Revista Magister de Direito Civil e Processual Civil* continue fomentando o debate como uma das mais importantes publicações científicas de nosso País.

Boa leitura! Bons estudos! Boas reflexões!

É o que eu sempre desejo.

*Flávio Tartuce*

*Coordenador-Geral da Revista*

# Sumário

## Doutrina

1. Lei nº 15.252/2025: Prerrogativas Materiais e Processuais das Instituições Financeiras na Modalidade Especial de Crédito com Juros Reduzidos <i>Gustavo Filipe Barbosa Garcia</i> .....	7
2. Regularização Fundiária Urbana como Meio de Concreção do Direito Humano Social à Moradia Digna e o Papel do Registro de Imóveis <i>Leonardo Brandelli e Lucas Soares dos Santos</i> .....	22
3. Entre o Conhecimento e a Execução: a Ação Monitória e sua Posição Singular no Sistema Processual Brasileiro <i>Marcos Paulo Pereira Gomes e Vinicius Silva Lemos</i> .....	49
4. Arbitragem e Prova Pericial: Inexistência de Faculdade na Designação da Segunda Perícia <i>Clarisse Frechiani Lara Leite</i> .....	116
5. O Cabimento do Agravo de Instrumento Contra Decisões Versando Sobre o Direito Fundamental à Proteção dos Dados Pessoais <i>Felippe Borring Rocha e Pedro Dalese</i> .....	136
6. O Impacto da Falta de Regulamentação da Herança Digital no Espólio do Falecido <i>Danilo Porfírio de Castro Vieira, Laura Briel Rocha e Maria Clara Ângelo Lima</i> .....	165
Diretrizes para Submissão de Artigos Doutrinários .....	189